



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

395
H

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0002801-50.2014.8.17.0000 (0330725-7)

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Gustavo Cândido da Silva

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO HABITACIONAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE JURÍDICO PELA CEF EM INTERVIR COMO ASSISTENTE. ASSISTÊNCIA. INSTITUTO VOLUNTÁRIO. NECESSIDADE DE REQUERIMENTO DE INGRESSO NO FEITO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO COMPROMETIMENTO DO FCVS, COM RISCO EFETIVO DE EXAURIMENTO DA RESERVA TÉCNICA DO FESA. DOCUMENTOS ACOSTADOS AOS AUTOS INAPTOS À TAL COMPROVAÇÃO. MP Nº 633/2013. NORMA QUE NÃO INFLUI NA QUESTÃO PROCESSUAL EM DEBATE. SÚMULA 150 STJ. INAPLICABILIDADE AO CASO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL RECONHECIDA. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA EXORDIAL, ILEGITIMIDADE ATIVA E CARÊNCIA DE AÇÃO, POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. TODAS REJEITADAS. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO. REJEITADA. RECURSO IMPROVIDO.

1. O presente recurso foi manejado contra decisão terminativa que negou seguimento à Recurso de Agravo de Instrumento, a teor do art. 557, *caput*, do CPC.

2. Nos termos do entendimento consolidado no julgamento dos EDcl no REsp nº 1.091.393/SC e EDcl no REsp nº 1.091.363/SC, submetidos ao rito dos recursos repetitivos, o interesse da Caixa Econômica Federal, apto a deslocar a competência dos feitos relativos a seguro habitacional para a Justiça Federal, tem por fundamento o art. 50 do CPC, que rege o instituto da assistência. Tal instituto configura-se como uma intervenção voluntária ou espontânea de terceiro, dependendo, portanto, de seu requerimento para ser deferida e também da demonstração do efetivo interesse. Precedentes.

3. Inexistindo manifestação de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal ou pedido de intervenção no feito, deve ser considerada como competente para processar a presente causa a Justiça Estadual, não se aplicando o entendimento esposado no julgamento dos EDcl no REsp nº 1.091.393/SC e EDcl no REsp nº 1.091.363/SC, porquanto a hipótese fática dos autos difere da apreciada nesses precedentes.

ref



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

236
df

4. Ademais, em relação ao comprometimento do FESA, a documentação carreada aos autos pela agravante não se apresenta hábil a comprovar tal requisito, pois se cuidam de pareceres emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria da Fazenda Nacional, bem como trechos de prestações de contas elaboradas pela própria CEF, sem que haja demonstração de que o balanço patrimonial do Fundo tenha sido auditado por órgão de controle interno ou externo, que conduísse por situação deficitária.

5. Não há na Medida Provisória nº 633/2013 um regramento de teor processual, que ordene a admissão da Caixa ou da União nas ações judiciais nela descritas, ou ainda, que reconheça inequivocamente o seu interesse jurídico nesses mesmos casos. Consiste, apenas, em norma de caráter programático para as situações em que haja interesse de gestão estratégica/financeira da Caixa Econômica Federal, o que nada influi nem contribui com a questão debatida nos autos.

6. Na verdade, a própria MP, ao proferir comandos destinados a entes federais, sequer afasta a necessidade de verificação de um risco ou impacto jurídico ou econômico, ou seja, não recomenda o ingresso desses entes em toda e qualquer ação judicial, mas condiciona-o, também, à existência de comprometimento do FCVS.

7. O recurso repetitivo, atendendo à Súmula 150, já dispôs a diretiva, declarando quais as situações em que haja a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da Caixa Econômica Federal. Não comprovada perante este órgão julgador a totalidade das hipóteses previstas no repetitivo, inexistente razão para determinar a remessa dos autos à Justiça Federal para decidir sobre tema já pacificado pela Corte Superior.

8. A inicial da ação de indenização securitária demonstra, claramente, o fato, os fundamentos e o pedido, não se concluindo, daí, que a pretensão autoral será necessariamente julgada procedente, mas inepta não se apresenta. Respeitados os requisitos do artigo 282 do CPC. Inépcia da inicial rejeitada.

9. A quitação do contrato não retira do mutuário a legitimidade para pleitear reparação de danos decorrente de vícios de construção, uma vez que o defeito é contemporâneo à edificação do imóvel, momento em que a cobertura subsistia, pouco importando se os contratos já estão quitados, com a liberação da hipoteca. Não há falar em carência de ação por falta de interesse de agir. Preliminar rejeitada. Não configurada qualquer das hipóteses previstas no inciso VI, do art. 267, do CPC.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

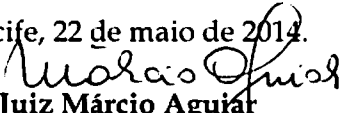
10. Não há como se aferir, com precisão, no caso, a ordem temporal dos fatos para fins contagem do prazo prescricional na medida em que o sinistro mostra-se atual e com natureza de continuidade. O lapso prescricional, em casos tais, renova-se a cada dia, afastando-se a hipótese do art. 206, § 1º, II, b, do Código Civil de 2002. Prejudicial rejeitada.

11. Recurso improvido. Decisão unânime.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0002801-50.2014.8.17.0000 (0330725-7) em que figuram como Agravante Sul América Companhia Nacional de Seguros e Agravado Gustavo Cândido da Silva, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife, 22 de maio de 2014.


Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Agravo de Instrumento nº 0330725-7

Agravante: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Agravado: Gustavo Cândido da Silva

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO

Por decisão terminativa de fls. 274/287, a Relatoria negou seguimento ao Recurso de Agravo de Instrumento interposto pela Sul América Companhia Nacional de Seguros, em razão de sua contrariedade à jurisprudência desta Egrégia Corte e do Superior Tribunal de Justiça.

Irresignada com mencionada decisão monocrática, a ora agravante interpõe o presente agravo legal previsto no §1º do art. 557 do Diploma Processual Civil, aduzindo, primeiramente, a competência absoluta da Justiça Federal a partir da edição da Lei nº 12.409/2011, da qual se extrai expressamente o interesse da Caixa Econômica Federal em ações que tenham por objeto indenizações relativas ao SH/SFH.

Argumenta que, com a edição da Medida Provisória nº 633, tornou-se desnecessária a comprovação da afetação das reservas do FESA/FCVS.

Reforça, em seguida, que, através das Resoluções nº 314 e 318, editadas em 2012, o Conselho Curador do FCVS ratificou a ilegitimidade passiva da agravante.

A agravante assevera, igualmente, que restou demonstrado pelos documentos acostados ao presente recurso o comprometimento do FCVS e a insuficiência da reserva do FESA. Pede, em sucessivo, a aplicação do entendimento firmado na Súmula nº 150 do STJ, no sentido de que é competência exclusiva da Justiça Federal a verificação da existência de interesse jurídico que justifique a intervenção de ente federativo no feito.

A seguradora ainda suscita as preliminares de inépcia da inicial e carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade ativa, em razão da quitação do financiamento, levantando a prejudicial de mérito da prescrição da pretensão autoral.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência da ora recorrente, coloco o processo em mesa, para julgamento.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

É o relatório, em suma.

VOTO

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

"DECISÃO TERMINATIVA:

Cuida-se de agravo de instrumento interposto pela Sul América Companhia Nacional de Seguros, com pedido de efeito suspensivo, contra decisão interlocutória (fls. 42/53) da lavra do MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Olinda, nos autos da Ação de Indenização Securitária nº 0000047-46.2012.8.17.0990, proposta por Gustavo Cândido da Silva.

A aludida decisão agravada reconheceu a competência da Justiça Estadual, pois não foram demonstrados os requisitos do recurso repetitivo REsp 1.091.363, uma vez que a apólice de seguro trazida aos autos não foi celebrada entre 02.12.1988 e, portanto, não faz parte do ramo 66, nem foi comprovado o comprometimento do FCVS, afastando também a aplicação da Medida Provisória nº 633/2013.

Também inacolheu as preliminares de: (i) ilegitimidade passiva, por estar a demandada na condição de seguradora na apólice carreada aos autos; (ii) inépcia da exordial; (iii) carência da ação, por falta de interesse de agir, pois inexiste obrigação de que o segurado se submeta a procedimento administrativo prévio; e (iv) carência de ação em face da ausência de comprovação da condição de mutuário e em razão da quitação do contrato.

Rejeitou, igualmente, a prejudicial de mérito da prescrição, bem como ordenou a inversão do ônus da prova.

Por fim, deferiu o pedido formulado pela seguradora de realização de perícia, nomeou o expert e determinou que este apresentasse proposta de honorários.

Nas razões de inconformismo, a agravante alega, primeiramente, a competência absoluta da Justiça Federal a partir da edição da Medida Provisória nº 513/2010, convertida na Lei nº 12.409/2011, pois restou evidenciado o interesse de entes públicos federais, da Caixa Econômica Federal e União, na condição de litisconsortes necessários.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Nesse ensejo, argumenta que no dia 26/12/2013 foi editada a Medida Provisória nº 633, dando nova redação ao art. 1º, § 1º, da Lei nº 12.409/2011, a qual obrigou a CEF a manifestar o seu interesse em 100% (cem por cento) dos processos, na condição de litisconsorte necessária. Defende, inclusive, que depois de tal modificação legislativa, seria desnecessária a comprovação da afetação das reservas do FESA/FCVS.

Reforça, em seguida, que, através das Resoluções nº 314 e 318, editadas em 2012, o Conselho Curador do FCVS ratificou a ilegitimidade passiva da agravante.

Assevera, igualmente, que resta demonstrado pelos documentos acostados ao presente recurso o comprometimento do FCVS e a insuficiência da reserva do FESA. No seu entender, "o risco de comprometimento do patrimônio do FCVS prescinde de comprovação de esgotamento de reserva técnica, cujos recursos, dado o histórico de indenizações de eventos com cobertura administrativa ou judicial, já se esgotaram".

A seguradora ainda suscita as preliminares de inépcia da inicial e carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade ativa, em razão da quitação do financiamento, levantando a prejudicial de mérito da prescrição da pretensão autoral.

Diz que não foi possível juntar as declarações de que a apólice pertence ao ramo 66, pois o próprio agravado fundamenta sua ação em direito advindo de apólice pública.

Por fim, alega que a relação em epígrafe não se rege pelas disposições do Código de Defesa do Consumidor, inexistindo verossimilhança que autorize a inversão do ônus probatório.

Decisão interlocutória às fls. 192/195, determinando a intimação da agravante para colacionar aos autos cópia da apólice vinculada ao contrato firmado com o agravado, assim como para trazer certificação do C. Tribunal de Contas da União demonstrando o comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do FESA.

Através da petição de fls. 198/203, a agravante reforça a argumentação acerca da competência da Justiça Federal para apreciar o feito e acosta aos autos declaração da Delphos (fl. 204), além de cópias de ofício e parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, do balanço patrimonial do FCVS, de parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e das Resoluções nº 314 e 318 do Conselho Curador do FCVS.

Eis a síntese dos fatos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

DECIDO.

1. Intervenção da Caixa Econômica Federal e União e Competência da Justiça Federal.

No tocante à Competência, tem-se que independentemente do caráter público ou privado da apólice dos autores, não deve ser reconhecida, no presente caso, a competência da Justiça Federal para processar o feito.

Isto porque a situação fática do presente caso apresenta-se diversa da hipótese em que se reconhece o interesse da Caixa Econômica Federal e, consequentemente, a competência da Justiça Federal, como naquela que embasou o julgamento dos EDcl no REsp nº 1.091.393/SC e EDcl no REsp nº 1.091.363/SC. A propósito, transcreve-se o conteúdo do acórdão, in verbis:

"SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. APÓLICE PÚBLICA. FESA/FCVS. APÓLICE PRIVADA. AÇÃO AJUIZADA CONTRA SEGURADORA. INTERESSE JURÍDICO DA CEF. RECURSO REPETITIVO. CITAÇÃO ANTERIOR À MP 513/2010 CONVERTIDA NA LEI 12.409/11. 1. Ação ajuizada antes da edição da MP 513/2010 (convertida na Lei 12.409/2011) contra a seguradora, buscando a cobertura de dano a imóvel adquirido pelos autores no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação. Pedido de intervenção da CEF, na qualidade de assistente simples da seguradora. 2. O Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), desde a edição do Decreto 2.476/88 e da Lei 7.682/88, garante o equilíbrio do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SH/SFH), assumindo, portanto, os seus riscos. 3. Diversamente do que ocorre com as apólices de seguro privadas, cuja contratação no âmbito do SFH somente passou a ser admitida a partir da edição da MP 1.671, de 1998, no caso da Apólice Pública do SH/SFH, o risco é totalmente assumido pelo FCVS, Fundo administrado pela CEF, do qual o FESA é uma subconta. A seguradora privada, após o pagamento dos sinistros do período e retenção de sua remuneração (sendo esta percentual fixo do valor dos prêmios de seguro mensalmente repassados pelas instituições financeiras, embutidos na prestação paga pelos mutuários), recolhe o superávit ao FESA/FCVS e, por outro lado, em caso de déficit, dele recebe a diferença necessária ao pagamento das indenizações, sendo sua atividade isenta de riscos. 4. Nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro privado, apólice de mercado, Ramo 68, adjeto a contrato de mútuo habitacional, por envolver discussão entre a seguradora e o mutuário, e não afetar o FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), não



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

5

362
R

existe interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário, sendo, portanto, da Justiça Estadual a competência para o seu julgamento. Ao contrário, sendo a apólice pública, do Ramo 66, garantida pelo FCVS, existe interesse jurídico a amparar o pedido de intervenção da CEF, na forma do art. 50, do CPC, e remessa dos autos para a Justiça Federal. (...)" (EDcl no REsp 1091393/SC, Rel. Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, julgado em 09/11/2011).

Assim, percebe-se que o interesse da Caixa Econômica Federal, apto a deslocar a competência dos feitos relativos a seguro habitacional para a Justiça Federal, tem por fundamento o art. 50 do CPC, que rege o instituto da assistência.

O art. 50 do CPC, ao dispor sobre tal instituto, determina que o terceiro possuidor de interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, "poderá intervir no processo para assisti-la".

Em cotejo dos autos, observa-se inexistir qualquer prova de que a Caixa Econômica Federal tenha manifestado interesse jurídico sobre a presente demanda, inexistindo requerimento de sua admissão como assistente.

Bem se sabe que o instituto da assistência configura-se como uma intervenção voluntária ou espontânea de terceiro, dependendo, portanto, de seu requerimento para ser deferida e também da demonstração do efetivo interesse. A respeito, confirmam-se os seguintes julgados:

"ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MPF PARA APURAR A PRÁTICA DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. A LEI 9.469/97 AUTORIZA A INTERVENÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO NAS CAUSAS CUJAS DECISÕES POSSAM TER REFLEXOS, AINDA QUE INDIRETOS, DE NATUREZA ECONÔMICA. TAL CIRCUNSTÂNCIA NÃO TEM O CONDÃO DE DESLOCAR A COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA FEDERAL. PRECEDENTES DESTA CORTE. AGRAVOS REGIMENTAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E DAS CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A DESPROVIDOS. 1. A assistência é modalidade de intervenção voluntária que ocorre quando terceiro demonstra vínculo jurídico com uma das partes (art. 50 do CPC), não sendo admissível a assistência fundada apenas em interesse simplesmente econômico. Precedentes desta Corte. 2. O art. 50., parágrafo único da Lei 9.469/97 excepcionou a regra geral da assistência ao autorizar a intervenção das Pessoas Jurídicas de Direito Público nas causas cujas decisões possam ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

393
OK

6

econômica. 3. In casu, as instâncias de origem concluíram que ofende diretamente interesse da União a validade do contrato firmado para suprir a deficiência na produção de energia elétrica no País. 4. Esta Corte Superior já pacificou o entendimento de que conquanto seja tolerável a intervenção anódina da União plasmada no art. 50. da Lei 9.469/97, tal circunstância não tem o condão de deslocar a competência para a Justiça Federal, o que só ocorre no caso de demonstração de legítimo interesse jurídico na causa, nos termos do art. 50 e 54 do CPC/73 (REsp. 1.097.759/BA, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 1.6.2009). 5. Agravos Regimentais do Ministério Público Federal e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A desprovidos". (STJ. AgRg no REsp 1118367/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/05/2013, DJe 22/05/2013.g.n)

"AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL. CESSIONÁRIO DOS CRÉDITOS DECORRENTES DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. INGRESSO NA LIDE NA QUALIDADE DE ASSISTENTE LITISCONSORCIAL. INTERESSE JURÍDICO. EXISTÊNCIA. 1. O instituto da assistência é modalidade espontânea, ou voluntária, de intervenção de terceiro, que reclama, como pressuposto, interesse jurídico que se distingue do interesse meramente econômico (Precedentes do STJ: REsp 1.093.191/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 11.11.2008, DJe 19.11.2008; REsp 821.586/PR, Rel. Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 07.10.2008, DJe 03.11.2008; AgRg no Ag 428.669/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, julgado em 19.06.2008, DJe 30.06.2008; AgRg na Pet 5.572/PB, Rel. Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, julgado em 25.09.2007, DJ 05.11.2007; REsp 763.136/RS, Rel. Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, julgado em 04.10.2005, DJ 05.12.2005; EDcl nos EDcl no AgRg na MC 3.997/RJ, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 06.06.2002, DJ 05.08.2002). (...) (STJ. AgRg no REsp 1080709/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/08/2010, DJe 10/09/2010). (g.n.)

"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SINDICATO. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA SIMPLES OU LITISCONSORCIAL. INADMISSIBILIDADE. 1. O pedido de assistência simples não pode ser reconhecido na presente demanda, haja vista que referido tema não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, o que atrai o óbice da Súmula 211/STJ. 2. A assistência litisconsorcial exige a comprovação do interesse jurídico direto do pretense assistente, ou seja, a demonstração da titularidade da relação discutida no processo, razão pela qual a eventual incidência de efeitos jurídicos por via reflexa não tem o condão de possibilitar a admissão do agravante na lide nessa modalidade de intervenção processual. 3. Agravo regimental

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

não provido". (STJ. AgRg no AREsp 243.383/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 25/03/2013).

Desta forma, inexistindo manifestação de interesse jurídico da Caixa Econômica Federal ou pedido de intervenção no feito, deve ser considerada como competente para processar a presente causa a Justiça Estadual, não se aplicando o entendimento esposado no julgamento dos EDcl no REsp nº 1.091.393/SC e EDcl no REsp nº 1.091.363/SC, porquanto a hipótese fática dos autos difere da apreciada nesses precedentes.

Nesse sentido, observe-se o julgado da lavra desta Egrégia Corte:

"(...) 1. Cuida-se de recurso de agravo de instrumento tirado de decisão interlocutória que, em sede de ação de indenização securitária, afastou as preliminares argüidas na contestação e declarou saneado o feito, determinando a realização de perícia (fls. 83/85). A agravante, em suas razões recursais, alega, em síntese: (i) competência absoluta da Justiça Federal; (ii) ilegitimidade ativa de parte dos agravados; (iii) carência de ação de parte dos agravados; (iv) sua ilegitimidade passiva; (v) inépcia da inicial; e (vi) prescrição. (...) Recentemente, a Segunda Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça apreciou, após aprofundado estudo, a questão da competência para o julgamento de ações de indenização securitária, tendo por fundamento o Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação. (...) Desse julgado, importa reter que: (...) (iv) somente no caso da apólice pública (Ramo 66), existiria interesse jurídico a amparar o pedido de intervenção da CEF, na forma do art. 50, do CPC, e remessa dos autos para a Justiça Federal. Ocorre que, ainda que se entenda que, in casu, a apólice é pública, não há motivo para se declinar da competência, em favor da Justiça Federal. (...) In casu, entretanto, não há nenhum pedido de assistência por parte da Caixa Econômica Federal. E ninguém duvida que a assistência é um ato voluntário; não pode ser imposta. Cabe unicamente àquele que tem interesse em que uma das partes seja vencedora no litígio requerer a sua intervenção no feito. Por outro lado, a admissão da participação de terceiro como assistente simples está condicionada à demonstração inequívoca de seu interesse jurídico na causa, ocorrente essa hipótese quando o terceiro provar que se encontra sujeito à eficácia reflexa do ato judicial a ser praticado, ou já exarado, no processo pendente. Evidente, dessa forma, que cabe tão-somente à Caixa Econômica Federal, caso entenda necessário, realizar o pedido para intervir no presente processo, na condição de assistente, quando então a matéria será apreciada, para que se possa concluir pela real existência ou não do interesse jurídico que autoriza a assistência, sendo interessante deixar sublinhado, desde logo, que o interesse simplesmente de ordem econômica, social, religiosa ou



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

humanitária não dá oportunidade à assistência (...)" (Decisão Terminativa em Agravo de Instrumento nº 262108-1, Rel. Frederico Ricardo de Almeida Neves, 1ª Câmara Cível, Julg. 13/01/12).

Em assim sendo, não há que ser acolhida a pretensão recursal, ante a ausência de requisitos legais para tanto, pois a competência da Justiça Federal é fixada em razão da pessoa e na hipótese dos autos, nenhuma das partes que, no momento, integram a presente lide se enquadra na previsão do art. 109 da Constituição Federal.

Ademais, registre-se, por oportuno, que a documentação carreada aos autos pela ora recorrente após a interposição do agravo de instrumento não se apresenta hábil a comprovar a situação deficitária do FESA e nem o comprometimento do FCVS, porquanto se cuidam de pareceres e ofícios emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional e Procuradoria da Fazenda Nacional, sem que haja comprovação de que o balanço patrimonial do Fundo tenha sido auditado por órgão de controle interno ou externo, que concluísse por situação deficitária.

Considerando que a gestão orçamentária do FCVS cabe ao TCU, no exercício do controle interno (art. 74, II, CF), seria imprescindível a apresentação de certificação por parte deste órgão para a comprovação do risco de exaurimento das reservas técnicas do FESA e consequente comprometimento do FCVS, através de balanço anual nas contas dos referidos órgãos.

À agravante foi oportunizado prazo para demonstrar o "concreto" comprometimento das reservas, conforme decisão de fls. 192/195, todavia ela não acostou documento hábil a fazer prova do alegado.

Não há que falar, igualmente, conforme pretende a agravante, em competência absoluta da Justiça Federal, que acarrete a desconsideração do entendimento esposado no EDcl nos EDcl no Recurso Especial nº 1.091.363 - SC, submetido ao rito dos recursos repetitivos, em razão da edição da Medida Provisória nº 633/2013, cujos artigos principais ora transcrevo:

"Art. 2º A Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º-A. Compete à Caixa Econômica Federal - CEF representar judicial e extrajudicialmente os interesses do FCVS.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

§ 1º A CEF intervirá, em face do interesse jurídico, nas ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas, na forma definida pelo Conselho Curador do FCVS.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, deve ser considerada a totalidade das ações com fundamento em idêntica questão de direito que possam repercutir no FCVS ou em suas subcontas." (NR)

Art. 3º A União, por intermédio da Advocacia-Geral da União, poderá intervir nas ações de que trata o art. 1º-A da Lei nº 12.409, de 2011, na forma do art. 5º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, ou avocá-las, na forma do art. 8º-C da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art. 4º Em relação aos feitos em andamento, a CEF providenciará o seu ingresso imediato como representante do FCVS".

Inicialmente, é de se ter em conta que a recentíssima Medida Provisória, ao dizer "A CEF intervirá", "A União, por intermédio da Advocacia-Geral da União, poderá intervir" e "a CEF providenciará o seu ingresso", limita-se a proferir comandos destinados a entes federais, determinando que providenciem o seu ingresso nas "ações judiciais que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas, na forma definida pelo Conselho Curador do FCVS".

Assim, não há nela um regramento de teor processual, que ordene a admissão da Caixa ou da União nas lides ali descritas, ou ainda, que reconheça inequivocamente o seu interesse jurídico nesses mesmos casos. Consiste, apenas, em norma de caráter programático para as situações em que haja interesse de gestão estratégica/financeira da Caixa Econômica Federal.

Na verdade, a própria MP, ao proferir comandos destinados a entes federais, sequer afasta a necessidade de verificação de um risco ou impacto jurídico ou econômico, ou seja, não recomenda o ingresso desses entes em toda e qualquer ação judicial, mas condiciona-o, também, à existência de comprometimento do FCVS.

Tal norma, portanto, nada influi nem contribui com a questão debatida nos autos, não consistindo em fato novo, até porque sempre que houvesse o interesse, já caberia à CEF se manifestar, e, por uma questão de probidade administrativa, não seria necessário que uma lei tratasse disso.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

O conteúdo ali inscrito representa, na realidade, um poder-dever atribuído à Caixa, no sentido de que providencie seu ingresso na lide, sempre que necessário for, a tanto que, existindo o interesse jurídico em intervir, se for a hipótese, preexistiria ele à própria norma.

Nessa mesma linha, já se posicionou o Des. José Fernandes de Lemos a respeito da Medida Provisória nº 633/2013, em decisão interlocutória recente:

"Primeiramente, é preciso notar que o ato normativo em questão não traz inovação no campo do Direito Processual - nem poderia, diante da expressa vedação constitucional (art. 62, §1º, I, b) -, de modo que não houve qualquer alteração nos institutos da "intervenção de terceiros" ou da "assistência", nem nos conceitos de "interesse jurídico", "parte legítima" ou "terceiro interessado".

Com efeito, a norma traz, apenas, comando dirigido a entidade da Administração Indireta Federal, no sentido de diligenciar sua intervenção nas causas mencionadas, sendo importante perceber que seus efeitos no processo serão meramente reflexos e sempre submetidos às normas próprias aplicáveis.

Não por outra razão, é a própria Medida Provisória nº 633/2013 quem condiciona a intervenção da Caixa Econômica Federal à constatação do "interesse jurídico, nas ações que representem risco ou impacto jurídico ou econômico ao FCVS ou às suas subcontas".

Desse modo, o ponto essencial da discussão - ou seja, a configuração do interesse jurídico da CEF para intervir na forma do art. 50 do CPC - continua inalterado, sendo válidas ainda todas as considerações adotadas para fundamentar o entendimento jurisprudencial firmado por este Tribunal a respeito da competência para julgar as ações envolvendo o seguro habitacional". (TJPE. Decisão Interlocutória em Agravo de Instrumento nº 315783-3, Relator Des. José Fernandes de Lemos, 5ª Câmara Cível, Data da Decisão: 15/01/2014).

Percebe-se, portanto, que a Medida Provisória nº 633/2013 se apresenta como um verdadeiro factóide, porquanto nada acrescenta a respeito do que já foi decidido na matéria em debate.

Isto posto, rejeito as preliminares arguidas, reconhecendo a competência da Justiça Estadual para processar o feito.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

2. Inépcia da inicial

No tocante a inépcia da inicial, alega a seguradora que a falta de indicação dos danos físicos efetivamente verificados nos imóveis, ou seja, do sinistro, e da data de sua respectiva ocorrência, inviabilizam o recebimento da peça arial.

Como se sabe, considera-se inepta a petição inicial quando da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão (inciso II do parágrafo único do art. 295, do CPC), significando dizer que não há conexão entre a causa de pedir e o pedido.

Todavia não é essa a hipótese dos autos. Observa-se que a inicial da ação de indenização securitária demonstra, claramente, o fato, os fundamentos e o pedido, não se concluindo, daí, por certo, que a pretensão autoral será necessariamente julgada procedente, mas inepta não se apresenta.

Da mesma forma, em hipóteses como a dos autos, não é possível aferir, com precisão, a ordem temporal dos fatos a fim de identificar a data precisa da ocorrência do sinistro, pois os vícios construtivos normalmente são contínuos, permanentes e se apresentam com o transcurso do tempo, não sendo possível a definição de um termo inicial, fundado na verificação imediata dos defeitos.

Assim, não há que se falar em desrespeito aos requisitos da petição inicial elencados no art. 282 do CPC.

Nesse sentido, inúmeros julgados desta Corte de Justiça. Senão vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. PRELIMINARES REJEITADAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. LEGITIMIDADE "AD CAUSAM" DOS AGRAVADOS. CARÊNCIA DE AÇÃO E PRESCRIÇÃO. HONORÁRIOS PERICIAIS. MANUTENÇÃO. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO(...) 6 - Infrutífera a alegação de inépcia da inicial, por não haver vícios na peça exordial do presente feito que impeça a intelecção da causa, tampouco restaram desrespeitados os requisitos do artigo 282 do CPC. (...) 9 - Agravo a que se nega provimento. (Agravo de Instrumento nº 264894-0, Relator Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório, Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 9/5/2013)."

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO HABITACIONAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. VÍCIOS DE

399
R



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

CONSTRUÇÃO. PRELIMINARES. INCOMPETENCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INÉPCIA DA INICIAL. ILEGITIMIDADE. PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. HONORÁRIOS PERICIAIS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRO GRAU. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. (...) 3. Os fatos narrados encontram-se condizentes com o objeto da ação, restando evidenciado que os autores, ora agravados, pretendem a responsabilização da agravante, no tocante aos danos ocorridos no imóvel que adquiriram. Atendidos, portanto, os requisitos da Petição Inicial, presentes no art. 282 do Código de Processo Civil. Alegação de inépcia da inicial inacolhida. (...) (Agravado de Instrumento nº 293909-1, Relator Des. Roberto da Silva Maia. Órgão Julgador: 1ª Câmara Cível. Data de Julgamento. 26/3/2013)".

De igual sentido, os seguintes precedentes AI nº 2919942, AI nº 2915795, Ag. nº 2903544 entre tantos outros. Preliminar rejeitada.

3. Carência de ação.

Aduz a seguradora recorrente que os mutuários não possuem interesse na causa, apontando como motivos excludentes a quitação do financiamento, com liberação da hipoteca, extinguindo-se a responsabilidade da seguradora.

Não assiste razão à seguradora, pois a quitação do contrato não retira do mutuário a legitimidade para pleitear reparação de danos decorrente de vícios de construção, uma vez que o defeito é contemporâneo à edificação do imóvel, momento em que a cobertura subsistia.

Ademais a manifestação dos danos se dá de forma contínua, sem que se possa assinalar um fato independente como desencadeador dos riscos assegurados. Deste modo, pouco importa que já estejam quitados os imóveis, com a conseqüente liberação da hipoteca.

Neste sentido, conferir os seguintes precedentes:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO HABITACIONAL. IMÓVEL ADQUIRIDO PELO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. PRELIMINARES. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL. DA ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO AGRAVADO. INÉPCIA DA INICIAL. CARÊNCIA DA AÇÃO. PRESCRIÇÃO. REJEITADAS. MÉRITO. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL - MANUTENÇÃO DA DECISÃO

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

ATACADA - RECURSO IMPROVIDO. PRELIMINARES: (...) Carência da Ação 4. As obrigações resultantes de contratos já quitados devem subsistir, pois os vícios se estavam presentes desde o início da vigência do contrato, assim, são legitimados para a ação até os mutuários que já quitaram o financiamento, restando rejeitada a preliminar de carência de ação. Preliminar Rejeitada. (...) 7. Recurso improvido. (TJPE - Agravo de Instrumento nº 0023831-15.2012.8.17.0000 (292122-0), relator, Agenor Ferreira de Lima Filho, 5ª Câmara Cível, julgado em 29/05/2013.g.n)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. MATÉRIA CONHECIDA NO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. ILEGITIMIDADE ATIVA. INÉPCIA DA INICIAL. CARÊNCIA DE AÇÃO. PRESCRIÇÃO. ARGUMENTOS REJEITADOS. APLICABILIDADE DO CDC. PROVA PERICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REDUÇÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. (...) V - Não se configura a carência de ação pela quitação do mútuo, devendo subsistir a cobertura securitária para o imóvel cujo financiamento já se encontra quitado, não se eximindo a seguradora do seu dever de indenizar. (...) XIII - Agravo de Instrumento PARCIALMENTE PROVIDO. (TJPE - Agravo de Instrumento nº 0003617-66.2013.8.17.0000 (300791-2), Relator, DEs. Bartolomeu Bueno, julgado em 16/05/2013. g.n)

Preliminar rejeitada.

4. Da Prescrição

A tese da prescrição anual, de igual forma, não encontra sucesso. Como cediço a sua fluência tem início a partir da data em que o segurado toma ciência do sinistro, sendo certo que, suspende-se a partir da data do pedido de indenização.

Não há como se aferir, com precisão, no caso, a ordem temporal dos fatos para fins contagem do prazo prescricional, na medida em que o sinistro mostra-se atual e com natureza de continuidade. O lapso prescricional, em casos tais, renova-se a cada dia.

Nesse sentido:

"... Tratando-se de dano gradual e progressivo, decorrente de vícios de construção não verificáveis de imediato, não há como precisar a data da ocorrência do sinistro, pois o agravamento da situação do imóvel pertencente aos autores inaugura,



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

diariamente, um novo lapso prescricional" (TJSC, Apelação Cível 2007.025843-7, Rel. Des. Luiz Carlos Freyesleben, j. em 2/9/2009).

"... Tratando-se de danos evolutivos, com múltiplos fatos desencadeadores de sinistro, prejudicada a pretensão de se determinar uma origem única (TJRS, AI nº 70029095858, Sexta Câmara Cível, j. em 24/3/2009).

E ainda:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. "SEGURO" "HABITACIONAL". COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. MATÉRIA CONHECIDA NO STJ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADORA. ILEGITIMIDADE ATIVA. INÉPCIA DA INICIAL. CARÊNCIA DE AÇÃO. "PRESCRIÇÃO". ARGUMENTOS REJEITADOS. APLICABILIDADE DO CDC. PROVA PERICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REDUÇÃO DO VALOR DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. (...)VI - É notório que a ocorrência de sinistros como os que se apresentam nos autos se protraí no tempo, não se originando de um único fato que pode ser posicionado em uma data determinada, para fins de fixação do dies a quo do prazo prescricional. A pretensão do segurado, portanto, acaba se renovando, de modo a afastar a incidência de prazo de "prescrição.(Agravado de Instrumento Nº 300791-2. Relator: Bartolomeu Bueno. Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 16/5/2013)"

"CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. FINANCIAMENTO DO SFH. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL, DE ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA E DE "PRESCRIÇÃO". REJEIÇÃO. MÉRITO. DEFERIMENTO DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. HONORÁRIOS A CARGO DA SEGURADORA. AGRAVO IMPROVIDO. (...) Não há de se falar em "prescrição" se o evento descrito na apólice é atual e permanece atingindo os imóveis de forma contínua e progressiva. Preliminar de "prescrição" rejeitada. (...) (Agravado de Instrumento nº 292380-2. Relator: Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes. Órgão Julgador: 2ª Câmara Cível. Data de Julgamento: 10/4/2013)"

Com amparo em tais argumentos, não se configura, in casu, hipótese de prescrição, motivo pelo qual rejeito a prejudicial de mérito apontada.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

5. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor e da inversão do ônus probatório:

Alega a seguradora ser inaplicável o Código de Defesa do Consumidor ao presente feito, por ser a relação contratual securitária entre as partes acessória a contrato de mútuo pactuado de acordo com as regras do Sistema Financeiro de Habitação, regendo-se, portanto, por normas de ordem pública específicas.

Argumenta, ainda, a inexistência de verossimilhança que autorize a inversão do ônus probatório no presente caso.

Contrariamente ao alegado, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que são regidas pelo Código de Defesa do Consumidor as relações oriundas dos contratos de seguro habitacional adjetos ao Sistema Financeiro Habitacional:

"(...) SFH. APLICAÇÃO DO CDC. SEGURO HABITACIONAL (...) I - Já não se discute a incidência do CDC nos contratos relacionados com o SFH (REsp 493.354/Menezes Direito, REsp 436.815/Nancy Andrighi, Ag 538.990/Sálvio). (...)". (STJ. AgRg no REsp 876837 / MG, Relator Humberto Gomes de Barros, Terceira Turma, Julgamento: 04/12/07).

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. (...)". (STJ. EDcl no REsp 572921 / SC, Relator Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, Data do Julgamento: 16/09/2008).

Assim, resta clara a aplicabilidade ao presente feito do CDC.

De outra feita, o art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor dispõe que constitui direito básico do consumidor "a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências".

Agiu corretamente o juiz de piso no presente caso, pois resta devidamente caracterizada a hipossuficiência do mutuário perante a seguradora agravante, que detém condições técnicas e econômicas de produzir as provas necessárias à demonstração de suas alegações, além da incumbência jurídica de fazê-lo.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Diante desse contexto, resta indene de dúvidas que o Juiz a quo fundamentou a sua decisão com pertinência lógica, procedendo à interpretação dos fatos e à aplicação do direito na atualidade, daí porque deve tal decisum ser preservado.

Ante o exposto, verificando que a decisão agravada encontra-se em harmonia com a jurisprudência deste do Superior Tribunal de Justiça e desta Egrégia Corte, NEGO SEGUIMENTO ao recurso, nos precisos termos do caput do art. 557 do CPC.

Publique-se.

Recife, 23 de abril de 2014.

Des. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado".

Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo o agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado pela Relatoria.

Pleiteia a recorrente, em sede do presente recurso de agravo, a aplicação do entendimento consolidado na Súmula nº 150 do STJ.

Referido verbete dispõe que "Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas".

Nesse toar, observa-se que o recurso repetitivo avaliou que a existência de interesse de pessoa jurídica sujeito ao foro federal, no caso em espécie, situa-se apenas quando, após requerido o ingresso no feito pela CEF como assistente simples, forem comprovados documentalmente os 2 (dois) elementos: (i) a existência de apólice pública e (ii) o comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA. No presente caso, não houve pedido de intervenção da CEF, o que já afasta o reconhecimento da competência da Justiça Federal pretendido pela agravante, nos termos enumerados no repetitivo.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

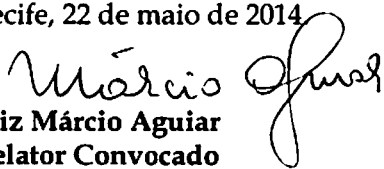
Assim, o recurso repetitivo, atendendo à Súmula 150, já dispôs a diretiva, declarando quais as situações em que haja a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da Caixa Econômica Federal.

Não comprovada perante este órgão julgador a totalidade das hipóteses previstas no repetitivo, inexistente razão para determinar a remessa dos autos à Justiça Federal para decidir sobre tema já pacificado pela Corte Superior.

No mais, reporto-me ao que foi esposado na decisão hostilizada.

Isto posto, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo incólume a decisão terminativa ora hostilizada.

Recife, 22 de maio de 2014


Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado